

Escravidão na Cidade do Cabo: Conexões entre memória e história

Slavery in Cape Town: Connections Between Memory and History

*Núbia Aguilar*¹

¹ Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo. E-mail: nubiaaguilar@gmail.com

RESUMO

Esta reflexão pretende promover o debate sobre elementos que conectam passado e presente em torno do tema da escravidão no atual território da Cidade do Cabo, na África do Sul. A partir da apresentação dos principais aspectos historiográficos relacionados ao tema, discutiremos a importância da constituição de um espaço de memória — o Iziko Slave Lodge — como ferramenta para compreender como o presente constrói seus referenciais sobre o passado. Essa análise se justifica pela própria existência do museu, que deve ser entendido em seu contexto social e político. Nesse sentido, são destacadas a relevância histórica dessa edificação no passado sul-africano, sua relação com as dinâmicas da escravidão e o papel que o museu desempenha na atualidade, ao possibilitar a reunião de fragmentos que resgatam diversas narrativas sobre esse denso período histórico.

PALAVRAS-CHAVE: memória; escravidão; historiografia; Iziko Slave Lodge

ABSTRACT

This reflection aims to foster a debate on the elements that connect past and present around the theme of slavery in the current territory of Cape Town, South Africa. Based on an overview of the main historiographical aspects related to the topic, we discuss the importance of establishing a space of memory — the Iziko Slave Lodge — as an essential tool for understanding how the present constructs its references to the past. This analysis is justified by the very existence of the museum, which must be understood within its social and political context. In this regard, the historical significance of this building in South Africa's past is highlighted, along with its connection to the dynamics of slavery and the important role the museum plays today by bringing together fragments that recover multiple narratives about this complex historical period.

KEYWORDS: memory; slavery; historiography; Iziko Slave Lodge.

O atual território da África do Sul possui um passado marcado pela política segregacionista do apartheid. Sem dúvidas, o governo que durou de 1948 até a década de 1990 foi um evento expressivo não só a nível local, mas em escala mundial quando se discute sobre segregação e as agendas de lutas contra a discriminação racial. Para Achille Mbembe (2018), o apartheid configura um exemplo extremo da racialização dos corpos. No entanto, sem desconsiderar a importância de discutir sobre esse período, é possível evocar outros elementos para pensar nas dinâmicas sociais, culturais, políticas e econômicas que deixaram vestígios no processo formativo da sociedade sul-africana contemporânea, como, por exemplo, os trânsitos realizados na região da Província do Cabo que remotam ao tempo da escravidão.

O território sul-africano comumente aparece em discussões por ter sido um importante entreposto comercial durante o período das navegações europeias dos séculos XV e XVI, como um espaço entre as rotas geográficas que conectavam os oceanos Atlântico e Índico. Obviamente que uma abordagem que abster séculos, e analisa os movimentos sociais a partir desse ponto, se concentra em perspectivas geralmente voltadas para “os olhos do império” (PRATT, 1999), ou seja, uma forma de dispor as informações sobre povos e culturas entranhada nos pressupostos da modernidade ocidental. A própria inserção de regiões do continente africano nas navegações europeias, que se avolumaram no século XVI, e um silenciamento sobre períodos pregressos, revela um pouco do uso do padrão eurocêntrico de abordar as relações em diferentes regiões do mundo, apenas após o contato com os europeus.

A importância do comércio realizado no Oceano Índico, com rotas que envolveram pessoas, culturas e bens de valor, foi uma dinâmica que se fez presente na longa duração, precedente o comércio moderno no Atlântico por aproximadamente 1500 anos (CAMPBELL, 2016:2). Izabel Hofmeyr (2018) utiliza o fator geográfico atrelado a uma abordagem epistêmica, que vincula os

encontros e trânsitos que se deram no sul do continente africano. A proposta da autora visa usar o próprio espaço Sul, com suas marcas do passado, para se construir o conhecimento crítico, pensando em usos de conceitos exógenos para abordar tempos pregressos. A relação com o comércio de ampla escala no Índico envolveu profundamente o território sul-africano, com um intenso fluxo de mão de obra e trocas culturais (HOFMEYR, 2018).

O passado mais afastado é recordado no tempo presente pelos espaços de memória que infundem na atual Cidade do Cabo [Cape Town] revelando a densidade de narrativas, partícipes das batalhas do presente que é matizado por discursos diversos. Não só uma parte do Muro de Berlim presenteado a Nelson Mandela condecora o espaço urbano,² como também os fragmentos paisagísticos que dão forma aos monumentos e acesso a outras referências, de um passado que na narrativa popular se encontra em disputa, sobretudo, devido à segregação que assolou o país. O objetivo dessa discussão é propor uma reflexão sobre espaço, memória e representatividade para entender como a Cidade do Cabo foi constituída de forma diversificada e, ainda hoje, por sua estrutura e edificações nos apresenta elementos desse passado mais distante, marcado pelas dinâmicas de escravidão. Um exemplo da importância dessa narrativa no processo identitário da sociedade pode ser observada pela existência de um museu voltado para o debate em questão, o Iziko Slave Lodge.

Para contemplar o intuito da proposta, o texto se divide em duas partes complementares. Inicialmente, uma apresentação da historiografia que buscou destacar a importância das relações da escravidão para o desenvolvimento da sociedade na atual Cidade do Cabo, em que ressalto alguns eventos que retomam o caráter dinâmico dessas relações no processo de formação identitária; em um segundo momento apresento aspectos contemporâneos da

² Localizado no centro da Cidade do Cabo, em frente a Fundação Mandela Rhodes, 50 St George's Mall. Para acesso no Maps, consultar o link: [Muro de Berlim na Cidade do Cabo](#)
Data de acesso: 15/05/2025.

Cidade do Cabo, que nos permitem refletir sobre a política de reconhecimento de memória e monumentos, na disposição da geografia social da cidade para fundamentar a importância do museu Iziko Slave Lodge, num panorama que revela a própria necessidade do presente em revisitar tempos pregressos, em uma ação que mantém ativo o próprio processo da construção da história em si. Ao longo do texto os leitores podem acessar a localização geográfica atual dos espaços citados, cujas referências estão em nota de rodapé.

Historiografia, escravidão e organização social

A Cidade do Cabo possui uma localização geográfica que foi extremamente valorizada no passado, e por isso se tornou um espaço de disputa, por configurar um importante entreposto comercial, ambicionado desde as navegações europeias dos séculos XV e XVI. A chegada de europeus na região aparece na escrita de Leonard Thompson como um momento caracterizado como “os invasores brancos” (THOMPSON, 1990, p.31). O uso desse marco temporal na escrita desse artigo ocorre em virtude da implementação de um sistema de escravidão na região, ainda que não tenha sido de modo imediatista, nos moldes adotados por europeus, contribuindo para o entendimento da criação do monumento em estudo. Mas vale sempre ressaltar que o contato com os povos em trânsito gerou reações diversas com os grupos e indivíduos locais, em que podemos considerar desde uma atração pelas novas referências, como também um estranhamento e a construção de tensões originadas desses encontros (LANDAU, 2010).³ A região passou a

³ Paul Landau tem um trabalho que destaca as diversas organizações e o dinamismo para os grupos sociais que ocupavam o território que hoje é conhecido como África do Sul. No entanto, o autor, para fazer referência a esses povos, utiliza as palavras “tribos” e etnia, contrapondo um debate sobre a historiografia, e atingindo o tema na relação passado e presente no território - o autor afirma que há um desejo contemporâneo em “tribalizar” o passado africano (LANDAU, 2010:2). A discussão teórica pode ser encontrada em Elikia

configurar uma oportunidade para o empreendimento desses viajantes, dando seguimento à formação de núcleos populacionais.

A atuação da Companhia Holandesa das Índias Orientais (VOC) na região foi marcante para a formação dos primeiros assentamentos, uma vez que estava envolvida com o comércio e com investimentos que poderiam garantir a própria subsistência do grupo. Segundo Nigel Worden (1998), a morfologia da Cidade do Cabo se dá pelo contato entre diferentes pessoas, que frequentavam a região na busca de atender os mais distintos interesses. Para a formação da cidade, sob liderança da VOC, a primeira administração foi dada a Jan van Riebeeck, cuja marca pode ser encontrada até hoje, com uma estátua em sua homenagem na rua Heerengracht.⁴

Não foram poucas as interpretações sobre o tema das relações que surgiram desses encontros e estabelecimentos, assim como no que diz respeito à escravidão. No entanto, como alerta Nicholas Southey (1992), vale ressaltar que as discussões sobre a escravidão não ocuparam o centro da produção historiográfica sul-africana, que possui uma longa tradição. Devido ao passado mais recente, marcado pela brutalidade do sistema discriminatório, caracterizado tanto pela segregação quanto pelo apartheid (LANDIS, 1961), parte das reflexões desenvolvidas no século XX se preocuparam em entender as dinâmicas que deram origem a esses sistemas, constituindo um debate liderado pelas escolas liberal e marxista, com foco na relação entre raça, política e economia (SAUNDERS, 1988).

A contribuição da história social inglesa foi um passo importante na ampliação de abordagens e estudos sobre distintos temas além da produção estritamente vinculada à história política e econômica (HYSLOP, 2012). Essa abertura facilitou o encaminhamento de reflexões mais amplas que

M'Boko e Jean-Loupl Amselle (2017).

⁴ Localização da estátua de [Jan van Riebeeck](#). Data de acesso: 15/05/2025.

compreendessem o período da escravidão na região da Província do Cabo. Para Greg Cuthbertson (1992) a escrita sobre o período da escravidão é contrastante com os eventos urbanísticos que caracterizam uma grande referência para o século XIX no território. Enquanto a abordagem sobre a escravidão recorreria a um passado rural, os debates sobre a industrialização reforçavam o potencial moderno e ajudaram a explicar as disputas políticas e econômicas, que tiveram implicações diretas na formação da segregação - que vale lembrar, foi sistematizada e unificada após a formação da União Sul-Africana em 1910 (AGUILAR, 2024).

Deste modo, o seguimento de uma história social a partir dos anos de 1980, e alterações de perspectivas que já podem ser encontradas na década de 1970, se torna fundamental para uma compreensão contextualizada das alterações sofridas pelas academias sul-africanas, tendo por resultado trabalhos que abordaram a questão da escravidão. O trabalho de Robert Ross (1983) sem dúvidas exemplifica essa tendência, sendo um resultado importante dessa guinada, de um encontro de uma abordagem social para pensar o território sul-africano. Ainda que sua formação tenha sido fora da região, já que Ross não é um acadêmico sul-africano, é sintomático o contexto no qual seu trabalho se insere. A abordagem deu destaque para o povoamento europeu e a formação de uma sociedade envolvida com o comércio de escravizados. Além disso, o autor analisa as relações, entre elas acordos e conflitos, originados nas zonas de contato com os grupos que residiam no Cabo antes da chegada de estrangeiros.

Os grupos que já habitavam a região também fizeram parte dos quadros analíticos. Os KhoiKhoi e os San, por exemplo, passaram a ser estudados a partir das reações contra as intervenções em seus territórios. Mas, a própria escrita sobre essas pessoas gera controvérsia e dificuldade em uma definição que abarque de modo satisfatório suas ações, a começar pela própria nomenclatura, que aparece por grafias e considerações de formas diferentes nas

fontes históricas do período. Sobre o assunto, Andrew Smith (1990) enfatiza a dificuldade em rastrear distinções precisas entre os grupos, que sustentem as definições que buscam classificá-los entre coletores e caçadores, em uma análise que reduz outras características sociais que poderiam ser utilizadas como referências. O tema ganhou espaço em diferentes momentos, em análises como as do próprio Elphick em 1977, sobre como categorizar a partir do uso ou não do gado. Marks (1972), Schrire (1980), Wilmsen (1987) e Gordon (1984), entre outros, recorreram a diferentes pontos de vista para entender as dinâmicas subjacentes, balanceando a crítica de se aplicar ou não padrões exógenos para conduzir o debate - um alerta que se tornou cada vez mais importante no desenvolvimento dos estudos africanos.

Além de um foco dado sobre como retratar as populações locais, os estudos também se dedicaram em abordar o crescimento da cidade. Inicialmente, as primeiras áreas povoadas ocorreram em torno de uma estação de abastecimento, que levou a desapropriação de terras de grupos locais. Stellenbosch e Paarl foram os primeiros distritos formados. No século XVIII os investimentos em um sistema agrário, com a ampliação de modelos de produção nas fazendas, ocasionaram uma maior ambição pela expansão de terras – um processo culminado em um grupo reconhecido como *trekboer*, - tradução para fazendeiros migrantes – e posteriormente como Boer. Para Robert Ross (1979), ainda nos anos de 1970, é destacada a produção da região a partir de três segmentos: a Cidade do Cabo como principal mercado consumidor dos produtos da colônia; em torno de 100 km uma produção agrícola voltada para a produção de trigo e uvas para vinho; e um interior mais relacionado a agropecuária, com o cultivo de ovinos e bovinos.

No desenrolar da expansão foi recorrente a cooptação de sujeitos locais para o trabalho, devido ao conhecimento de técnicas voltadas para o cultivo da terra, o uso de mão de obra, muitas vezes a baixo custo, e em certos aspectos o

incentivo de conflitos entre grupos diferentes, como uma manobra de desmobilização (ADHIKARI, 2010). Além disso, para Paul Landau é preciso ressaltar a importância das trocas de experiências desenvolvidas, nos saberes locais das comunidades e no estabelecimento das relações com esses primeiros colonos, que reforçaram uma assimetria entre os que chegavam vindo da Europa e os povos que lá estavam (LANDAU, 2010).

Shula Marks (1972) critica os estereótipos e o trato dado à descrição e às abordagens sobre a população local, aparentes nos primeiros escritos que averiguaram o estabelecimento de trocas comerciais e sociais, bem como o desenvolvimento de assentamentos europeus na região. O processo de adaptação aos europeus que chegavam à região do Cabo foi longo e envolto em muitas dinâmicas. Alguns Khoi demonstraram-se interessados em participar do sistema de trocas, em que produtos fundidos, como os de ferro e cobre, tabaco e aguardente, foram muito atraentes. O comércio conseguiu ter certa aderência no interior do território e alcançou, desse modo, outros grupos. Esta interação, como pontua Marks, não sugere relações apenas amistosas. Rugas e disputas de interesses, diante de desagradados, por vezes formadas em decorrência das próprias trocas comerciais, acompanharam e geraram respostas diversas. Nesse momento, o interior do território era pouco conhecido pelos recém-chegados.

Os vínculos construídos nesses relacionamentos foram tratados de formas diversas na historiografia. Um exemplo mais notório pode ser visto no estudo de Julia Wells (1988) pelo envolvimento da sobrinha de um líder Khoikhoi, como intérprete e nas relações com o administrador Jan van Riebeeck. Krotoa recebeu o nome Eva e aparece como uma das personagens femininas mais debatidas nos escritos sul-africanos. Foi importante intermediária, uma articuladora entre os interesses dos grupos de europeus e locais. Frequentou espaços marcados por contradições e disputas (LANDMAN, 1996). Sua história atravessa tensões de relacionamentos, incluindo o casamento

com um europeu, e reverbera em sua participação ativa no comércio e seu nome tornou-se recorrente nos registros holandeses da época.

Ainda que as interações revelem formas multifacetadas de estabelecer os contatos, os relatos acerca das histórias de vida nos permitem revisitar as necessidades inseridas em contextos amplos, nos quais se explicitam os dilemas presentes. Os relatos sobre Krotoa demonstram alguns intercruzamentos que foram formados contando com interferências e estratégias recorridas para a continuação do povoamento na região. Wells (1988) retoma estudos sobre o caso que argumentam o possível sequestro da jovem (estipula-se que tinha 12 anos quando foi morar com os holandeses) e a imersão nesse grupo novo que lhe apresentou uma linguagem, religião e hábitos distantes daqueles integrados em seu grupo de origem.

Indo além das estratégias utilizadas nesses encontros, há também de se lembrar que as assimetrias estabelecidas na organização dessa sociedade também foram matizadas pelas experiências da escravidão. Em 1658, uma introdução mais sólida do comércio de escravizados deixou registros na região do Cabo, com a chegada de 174 indivíduos nessa condição, possivelmente do atual território de Angola. Daí Robert Ross faz uma interessante observação: “As pétalas das protea são tão venenosas quanto as da magnólia.”⁵

A observação do autor é uma forte crítica a qualquer discurso que tente amenizar as práticas inerentes ao sistema de escravidão na região do Cabo. Da beleza das construções, presentes nas fazendas, nas casas e nas ruas, transparecem os rastros do trabalho forçado, feito em condições perversas - algo que não deveria ser desconsiderado nos diversos *tasting wine* transformados em uma atração turística da região. A situação do estabelecimento do sistema escravista na Cidade do Cabo foi acompanhada de influxos que conferiram à

⁵ Original: The petals of the protea are as poisonous as those of the magnolia. (ROSS,1983:2).

região algumas especificidades.

Ross destaca que o número de mulheres escravizadas era inferior ao número de homens. Havia um sistema judiciário que buscou regulamentar a aplicação de punições por parte dos senhores aos escravizados – o que possivelmente escapava aos olhos das situações das muitas intimidades do ambiente privado. Seguindo a exposição, torna-se evidente que esta medida não abrandava a crueldade do sistema, que por si só já se apresenta como desumano, mas cada caso precisa ser analisado a partir de seus componentes e experiências desenvolvidas (ROSS, 1983). Ao longo do século XVIII, principalmente porque o Cabo sobressaía por sua localização estratégica tanto para as rotas que seguiam para o Oriente, quanto para o Ocidente, estima-se que havia na região uma população em 1782 de 11.572 escravizados, que chegou a alcançar, em aproximadamente treze anos, o quantitativo de 16. 839. Ainda que os números incitem discussões, Ross aponta um crescimento expressivo na chegada dessas pessoas ao longo desse período, seguido de restrições para a última década do século devido a crescente interferência dos ingleses (ROSS, 1988:214).

A presença inglesa acirrou os campos de disputas existentes com o assentamento de europeus e seus descendentes que lá estavam, assim como com os grupos locais e com essa sociedade escravista. As situações de revoltas e o crescimento de casos de fugas – fatores que marcam a história dessa relação desde o início da importação de escravizados – foram mais recorrentes. Nesse período, discursos que colocavam em xeque os interesses britânicos, voltados para o desejo estratégico de defender e investir em campanhas abolicionistas e contra o tráfico de escravizados, tornaram-se mais frequentes, uma saída contraditória, pois, como salienta Eric Williams (2012), o comércio de escravizados foi fundamental para o desenvolvimento do capital inglês. John Fage ressalta que a Inglaterra teve uma atuação profunda na fiscalização da

costa ocidental do continente, ainda que sua participação no tráfico possa ser analisada com uma das mais expressivas – a maior, segundo o autor – no século XVIII (FAGE, 2001:346). Obstinadamente, o contexto geral deixou seus reflexos impregnarem as relações desenvolvidas na região.

Ross apresenta um dado interessante relacionado à condição geográfica da região, que facilitava o contato com rotas desenvolvidas em parte do Atlântico – importantes para o comércio de pessoas escravizadas até o século XIX – e, por outro lado, possibilitava o ingresso nas rotas consolidadas ao longo da costa oriental do continente africano e das regiões estendidas pelo Oceano Índico. Foram criadas 39 expedições para regiões do além-mar na costa oriental, dentre as quais, entre 1652 e 1786, com o último registro de viagem do tráfico pela Companhia do Cabo, 33 das expedições foram para Madagascar; e as demais para regiões como Moçambique e Somália. Aproximadamente 4.300 escravizados foram adquiridos nessas expedições. O comércio ficava a cargo da própria Companhia Holandesa das Índias Orientais, o que também não limitou as possibilidades do estabelecimento de outras rotas. Há também alguns acontecimentos que precisam ser acrescentados a esse cenário. Por exemplo, em 1767 foi proibida a importação de escravizados vindos da Ásia, como parte da tentativa de controle das rotas (ROSS, 1988: 209-219).

Interessante entender como estes fluxos populacionais eram distribuídos e se organizavam. Em 1749, no Cabo, a partir de dados coletados em registros de tributos, havia 4.871 homens adultos, dos quais 1.243 comerciantes e proprietários, 75 negros livres, 83 trabalhadores com estes proprietários, como soldados e marinheiros (chamados de *knechts*) e 3.470 escravizados. Os mesmos registros retratam 1.728 mulheres, em que 774 eram esposas ou viúvas desses proprietários, 7 brancas com condição de solteiras, 91 negras livres – 23 casadas e três viúvas - e 857 escravizadas (ROSS, 1979: 421-433).

Até 1795 a região permaneceu predominantemente sob domínio dos

grupos de europeus e seus descendentes que estabeleceram as primeiras colônias. No entanto, a partir de então, precisaram lidar com o crescente interesse dos ingleses pelo território. Das disputas travadas, com os acordos de idas e vindas sobre a posse, o Cabo passou para a administração inglesa, de forma definitiva, em 1806. A intensificação dos ingleses refletiu na organização social, como é assinalado pelo processo migratório para a região, e influenciou diretamente a organização política, com a introdução de um sistema parlamentar em 1854 e a presença de um ministro, em 1872 (GWAINDEP; FOURIE, 2020).

A partir desses encaminhamentos, que introduziram outros fatores atenuantes no processo formativo da cidade, torna-se impossível ignorar as marcas deixadas pelo passado escravista. Elas se manifestam na constituição de grupos sociais — como os *Coloureds*, que carregam características dos trânsitos populacionais do território —, na formação de um idioma, o *afrikaans*, e no desenvolvimento de uma produção agrícola que ainda hoje é referência na região, como a vitivinicultura. A Cidade do Cabo também nos convida a uma reflexão sobre esse passado por meio dos vestígios urbanísticos que remetem a esses séculos. Na transversalidade entre os tempos, essa relação pode ser pensada a partir do lugar social ocupado pelo Iziko Slave Lodge.

Iziko Slave Lodge como espaço político de memória

A discussão nas humanidades sobre memória social segue longa dada, principalmente após as provocações realizadas por Maurice Halbwachs (1992 [1925]). Mais contemporâneo, Michael Pollak demonstrou como a memória se configura como um campo de disputa, sendo a ideia de memória social, enquanto um bloco homogêneo, ineficaz por desconsiderar aquilo que o autor conceituou como “memórias subterrâneas” (POLLAK, 1989:3). A consideração

sobre memórias subterrâneas perpassa um olhar interessante, no embate entre a concepção de discursos oficiais, que lidam com uma versão sobre o passado, mas que não raramente é confrontada por outras narrativas. Sendo assim, as chamadas “memórias subterrâneas” podem ocupar o espaço público e colaboram com as visões múltiplas compostas na escrita da histórica.

O dilema colocado na academia sobre a plasticidade das memórias também pode ser alargado no que diz respeito aos lugares de memória que, seguindo o debate proposto por Pierre Nora, são simbólicos, materiais e funcionais (NORA, 2012:21). São espaços onde ocorre a sacralização de um dado momento, por meio do envolvimento social, em sua maneira de relacionar com o passado. Não é a existência do espaço por si só, mas o significado que lhe é atribuído, ordenando um corpo de conhecimento a partir das referências acionadas pelo contato. Ele evoca a memória, em um exercício contínuo de retratar um momento que se torna passível de existência por essa incorrência. Podemos pensar, a partir desse ângulo, como os museus desempenham um espaço de encontro de saberes, estimulando memórias diversas, pela apresentação de artefatos, compondo narrativas, trabalhando com o encontro entre tempo presente e passado, cuja importância precisa ser enfatizada pelo caráter de mobilizar identidades e nas implicações resultantes dessa atividade.

Seguindo a linha de Mario Chagas, os museus são espaços onde se estabelece “a ponte lançada entre os tempos” (CHAGAS, 2011: 5). A partir dessa discussão, o Iziko Slave Lodge⁶ pode ser entendido por sua função social contemporânea, ao disponibilizar para o debate público um acervo que aciona períodos da história da escravidão na região sul-africana, mas que também abre a discussão para temas diversos, abordados em suas galerias. Ao focar sobre o tema da escravidão podemos destacar a notória importância do prédio que comporta o museu. Nele encontramos distintas narrativas sobre a escravidão, a

⁶ Localização [Iziko Slave Lodge](#). Data de acesso: 15/05/2025.

importância desse passado para a construção da sociedade sul-africana, funcionando como museu para essa finalidade desde 1998, quando teve por objetivo trabalhar com máxima “Dos erros humanos aos direitos humanos”,⁷ indicando uma investida de conscientização do uso desse espaço.

Inicialmente, o local foi pensado para a acomodação de escravizados e passou por diferentes alterações até chegarmos na estrutura que temos hoje, localizada no centro da cidade. Além disso, retomamos um assunto que se faz presente do debate comunitário, que busca informações sobre esse tempo vivido, que deixa cicatrizes abertas, ao comportar traços identitários, elementos constituintes da cultura urbana contemporânea e os incômodos que surgem pelas narrativas desconhecidas, que podem reavivar tramas encobertas.⁸ A potencialidade do museu e suas exposições são de dimensão incontável, no entanto, a sua existência, e a resignificação desse espaço para a ocupação atual, são indícios de necessidades sociais de trabalhar com temas sensíveis. Por isso, é importante situar o contexto histórico, cuja sobrevivência e presença da localidade no espaço urbano contemporâneo já é um elemento emblemático para discutir sobre a escravidão no território.

Em um trabalho organizado por Robert Shell (2013), na Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), são traçados aspectos emblemáticos da composição da construção que originou o museu. Profundamente relacionada com o período da escravidão, gerenciado pela Companhia Holandesa das Índias Orientais na região do Cabo, a edificação foi construída para atender a demanda crescente de abrigar as pessoas em

⁷ Original: From human wrongs to human rights. Informações retiradas do site institucional do museu. Slave Lodge. <https://www.iziko.org.za/museums/slave-lodge/> Data de acesso: 15/05/2025.

⁸ O argumento se torna interessante pelo caso presente na discussão de Nigel Worden ao pesquisar sobre o influxo passado presente, ao conectar à ativista Lucy Campbell a sua ascendência de escravizados na produção de um documentário em 2010, que retrata em episódios a travessia do navio Meermin de Madagascar para o território sul-africano em 1776. A discussão pode ser aprofundada em: (WORDEN, 2014).

condições de escravizadas, de forma mais concentrada e com mais espaço em uma região central para o antigo comércio.

Robyn Autry ressalta o papel social desempenhado pelos museus, com destaque para a importância política das práticas de curadoria, que selecionam como as narrativas serão dispostas e assim apresentadas. Quando aborda a história do Iziko Slave Lodge, apresenta a construção é apontada como fruto do século XVII (AUTRY, 2017:69), sendo a data de 1679 a que mais aparece nas discussões. A construção ficava na parte dos fundos dos jardins da Companhia Holandesa das Índias Orientais (ABRAHAMS-WILLIS, 2013). Seguindo o argumento de Robert Shell, em publicação de 1994, até 1706 abrigou a maioria dos escravizados da região, e foi a maior construção para essa finalidade, entre 1658 e 1828. O Slave Lodge, na perspectiva do autor, é uma construção anterior até mesmo ao próprio Castle of Good Hope,⁹ que hoje concentra outro espaço de memória, argumento que não configura um consenso.

Ao traçar o histórico da construção, Shell remonta os anos de 1650, no momento em que foi erguida a primeira loja, feita de “madeira e palha”, para comportar centenas de escravizados que foram para a região que hoje se considera como território angolano.¹⁰ Em 1669, o lugar passou por uma reconstrução, devido a sua fragilidade e com o objetivo de ampliar o espaço que já não dava mais conta do número de pessoas. Como apresenta o autor, diferente da primeira: “A segunda Loja foi construída com tijolos cozidos e rebocados e tinha um único andar, com telhado inclinado de telhas e cômodos com forro.”¹¹ Mas, foi necessária uma alteração em 1679 devido a um incêndio que acometeu a construção, possivelmente, atado por um escravizado (SHELL, 1994).

⁹ Para a localização do [Castle of Good Hope](#). Data de acesso: 15/05/2025.

¹⁰ original: wood and thatch. In: (SHELL, 1994:249).

¹¹ original: The second Lodge was built of plastered baked bricks and was a single story with a pitched, tiled roof and ceiling rooms. *Ibidem*.

Os anos seguintes testemunharam o crescimento do local. Gabea Abrahams-Willis (2013) aponta que em 1716 o local encontrava-se mais uma vez em superlotação, e após propostas, e discussões em 1752 foi construído um segundo andar. Em 1753 o espaço poderia abrigar em torno de mil pessoas na condição de escravizadas; essa foi uma das últimas alterações de tamanho do espaço, que continuava sendo escasso em janelas, com “fendas estreitas de 13 centímetros com barras transversais de ferro.”¹² Por isso, não raramente, as discussões se referem ao espaço como caracterizado pela falta de luz e falta de umidade, ocasionando condições precárias, para uma condição que por si só já pode ser entendida como irremediável.

A organização interna na distribuição dos escravizados pelo espaço também foi pensada a partir de vários critérios, como idade, a importância desses escravizados dentro da hierarquia construída e gênero que perdurou até o século XIX. Além disso, no período noturno o local ficava trancado, evitando assim qualquer estratégia que recorresse a incêndios, pois caso isso acontecesse todos que estavam na acomodação seriam afetados (SHELL, 1994: 251).

O lugar que era posse da Companhia Holandesa das Índias Orientais sofreu alterações significativas após a tomada da Província do Cabo pelos britânicos em 1806. A intensificação dos britânicos na região, devido à localização provocou uma intensa disputa, mudando intensamente a história do território no século XIX, que foi marcado por uma série de eventos. Mas, nesse caso em específico, no que configura a importância do Slave Lodge, em 1807 os escravizados localizados naquele espaço foram vendidos e o prédio passou a ser planejado para a administração, como o Gabinete do Mestre, salas para o Procurador-Geral, Secretário do Governo, o Recebedor de Receitas, o Fiscal, o Banco, os Correios e a Biblioteca Pública (ABRAHAMS-WILLIS: 2013). Vale ressaltar que a escravidão foi abolida no território em 1834.

¹² original: Narrow five-inch slits with iron crossbars. (SHELL, 1994: 249).

A atualização da função adquirida pelo espaço a partir de então demonstra um pouco o caráter da construção, devido ao seu tamanho, importância social e geográfica, de localização e potencialidade de ser transformado em posto administrativo do governo britânico que se instaurava na região. De 1827 a 1887 o lugar ficou designado para o Conselho Legislativo, uma primeira experiência dessa função. Após muitos embates públicos e políticos, sobre o destino da construção no limiar do século XX, sob possibilidade de demolição, em 1966, sob governo do Apartheid, foi inaugurado o *South African Cultural History Museum* e em 1967 foi considerado como *National Monument* (*Ibidem*).

Foram vários os movimentos em torno da constituição do edifício como o Iziko Slave Lodge se encontra na atualidade, passando por iniciativas que envolveram uma profunda pesquisa sobre a importância do espaço, como uma testemunha que atravessou diferentes temporalidades do território, podendo compor as narrativas sobre diferentes contatos, mobilizações e estratégias que foram tomadas tanto pelos grupos que se viam sob a marca da escravidão, quanto daqueles que fizeram parte da construção política em torno de projetos de diferentes épocas - tanto do governo gerenciado pela Companhia Holandesa das Índias Orientais, quanto da presença britânica no território.

Hoje, é possível acompanhar a narrativa da escravidão a partir da exposição sediada no próprio prédio, instigando memórias, representações e informações sobre um período que foi transversal para a construção social, espacial, laboral, de costumes e práticas entre tantas outras do território. A própria introdução à exposição já aciona uma importante mensagem: “Em nosso museu, não podemos contar todas as histórias daqueles que foram um dia confinados neste edifício. No entanto, estamos comprometidos em revelar e trazer ao conhecimento público o maior número possível de nomes, narrativas,

objetos e espaços relacionados à Slave Lodge.”¹³

O início da exposição tenta restituir a humanidade que, por vezes, foi sustada pelas dinâmicas de objetificação intrínsecas a muitas experiências da escravidão. Deste modo, é interessante a proposta interrogativa que estimula o público a pensar quem foram os sujeitos escravizados, além de trazer, junto a esses questionamentos, algumas histórias de sujeitos que passaram por essas experiências, como John Joemat, Katie Jacobs, Lydia Williams.

A exposição segue mesclando informações sobre as formas de trabalho que foram realizadas por pessoas em condição de escravizadas, a importância dessas pessoas para a formação dos espaços públicos e privados, chamando a atenção para o caso do próprio Slave Lodge. O contato com essas informações é uma estratégia de encontrar memórias subterrâneas, contestar narrativas hegemônicas e entender algumas estratégias adotadas por indivíduos inseridos em um passado complexo, do qual temos acesso por meio de fragmentos e do debate público e científico, quando é acionado. Mas, o Museu, por outro lado, é uma via de acesso que recebe distintas comunidades que visualizam e interagem com as mensagens dispostas nas exposições que, neste caso, são instigados a refletir sobre as narrativas apresentadas.

Para a montagem do argumento desse texto, buscamos discutir como o Iziko Slave Lodge canaliza importantes aspectos que foram dominantes durante um período da história do território, no que diz respeito à escravidão. Ainda que o espaço tenha sofrido diversas alterações ao longo dos séculos, no tempo presente ele aparece, por sua própria sobrevivência, como um emblema fundamental que compõe um quadro de memórias de um período que só existe a partir do sentido que a ele é atribuído.

¹³ Original: In our museum, we cannot tell all the stories of those who were kept in this building. We are however striving to reveal and bring to public knowledge as many names, narratives, objects, and spaces connected to the Slave Lodge as possible.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAHAMS-WILLIS, Gabeba. **Preliminary report on Lodge excavations.** In.: SHELL, Robert. *From Diaspora to Diorama: a guide to the Old Slave Lodge* cd. Nagspro Multimedia. Cape Town, 2013.

ADHIKARI, Mohamed. **The anatomy of South African Genocide.** The extermination of the Cape San People. Cape Town: UCT Press, 2010

AGUILAR, Núbia. **Apart Hate - apartheid: estruturação da política do ódio e práticas socioculturais de enfrentamento narradas em The African Drum. 1940-1950.** Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2024.

AUTRY, Robyn. **The Curated Past: Remembering the Collective.** In.: *Desegregating the Past: The Public Life of Memory in the United States and South Africa*, New York Chichester, West Sussex: Columbia University Press, 2017, pp. 66-106.

AMSELLE, Jean-Loup; M'BOKOLO, Elikia. **No centro da etnia: etnias, tribalismo e Estado na África.** Petrópolis: Vozes, 2017.

CAMPBELL, Gwyn. **Early Exchange between Africa and the Wider Indian Ocean World.** New York: Palgrave MacMillan, 2016.

CHAGAS, Mario. **Museus, memórias e movimentos sociais.** Cadernos de Sociomuseologia, nº. 41, vol. 41, pp.5-16, 2011.

CUTHBERTSON, Greg. **Cape Slave Historiography and the Question of Intellectual Dependence.** South African Historical Journal, nº 27, vo.1, pp. 26-49, 1992.

FAGE, John. **História da África.** Lisboa: Edições 70, 2001.

GWAINDEP, Abel.; FOURIE, Johan. **Public sector growth in the British Cape Colony: Evidence from new date on expenditure and foreign debt, 1830-1910.** South African Journal of Economics, nº.3, vol. 88, pp.341-367, 2020.

HALBWACHS, Maurice. **On Collective Memory**. Chicago: University of Chicago Press, 1992.

HOFMEYR, Isabel. **O Atlântico negro encontra o Oceano Índico: forjando novos paradigmas do transnacionalismo para o Sul Global – perspectivas literárias e culturais**. Remate de Males, vol. 38, nº. 1, pp. 10-41, 2018.

HYSLOP, Jonathan. **South African Social History and the New Non-Fiction**. Safundi, nº.13; vol.1-2, pp. 59-71, 2012.

ELPHICK, Richard. **Kraal and Castle: Khoikhoi and the Founding of White South Africa**. London: Yale University Press, 1977.

LANDAU, Paul. **Popular Politics in the History of South Africa, 1400-1948**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

LANDMAN, Christina. **The Religious Krotoa (c1642-1674)**. Kronos, nº 23, pp. 22-35, 1996.

LANDIS, Elizabeth. **South African Apartheid Legislation 1: Fundamental Structure**. The Yale Law Journal. vol. 71. nº1, pp.1-52, 1961.

MALHERBE, V.C.; ELPHICK, Richard. **The Koisian to 1828**. In.: ELPHICK, Richard.; GILIOME, Hermann. **The Shaping of South African Society 1652-1840**. Middletown, Connecticut: Wesleyan University Press, 1989.

MARKS, Shula. **Khoisan Resistance to the Dutch in the Seventeenth and Eighteenth Centuries**. The Journal of African History, vol. 1, nº 13, pp. 55-80, 1972.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

NORA, Pierre. **Entre memória e história. A problemática dos lugares**. In: Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, nº10, pp. 7-28, 2012.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Revista Estudos Históricos. nº. 3, vol. 2, pp. 3-15, 1989.

PRATT, Mary Louise. **Anticonquista II: a mística da reciprocidade**. In: Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação. Bauru, SP: EDUSC, 1999, pp. 127-154.

ROSS, Robert. **Cape of torments. Slavery and resistance in South Africa.** London: Routledge and Kegan Paul, 1983.

ROSS, Robert. **Oppression, Sexuality and Slavery At the Cape of Good Hope.** Historical Reflections / Réflexions Historiques. vol. 2, n.º. 6, pp. 421-433, 1979.

_____. **The last years of the slave trade to the Cape colony.** Slavery & Abolition: A Journal of Slave and Post-Slave Studies. n.º.3, vol. 9, pp. 209-219, 1988.

SAUNDERS, Christopher. **The Making of the South African Past, Major Historians on Race and Class.** Cape Town: David Philip Publishers, 1988.

SHELL, Robert. **From Diaspora to Diorama: a guide to the Old Slave Lodge cd.** Nagspro Multimedia. Cape Town, 2013.

_____. **Children of Bondage: A Social History of the Slave Society at the Cape of Good Hope, 1652-1838.** Hanover and London: Wesleyan University Press, 1994.

SMITH, Andrew. **On becoming herders: Khoikhoi and San ethnicity in Southern Africa.** African Studies, n.º2, vol.49, pp. 51-73, 1990.

SOUTHEY, Nicholas. **The treatment of Cape slavery in South African historiography.** Sabinet African Journals, 1992.

THOMPSON, Leonard. **A History of South Africa.** New Haven: Yale University Press, 1990.

WELLS, Julia. **Eva's Men: Gender and Power in the Establishment of the Cape of Good Hope, 1652-74.** The Journal of African History, vol. 39, n.º. 3, pp. 417-437, 1998.

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e escravidão.** São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

WORDEN, Nigel. **Cape Slaves in the Paper Empire of the VOC.** Kronos, vol.1, n.º40, pp. 23-44, 2014.